

A outra batalha que não houve

13 MAI 2001

JORNAL DO BRASIL

WILSON FIGUEIREDO

A acareação tríplice não passou de exercício de narcisismo aeróbico. O desencontro foi completo. Os atores não estiveram à altura da má fama: esperava-se melhor pontaria, como nos filmes em que o papel principal é do bandido. Cada qual plantou-se diante da imagem favorável que faz de si mesmo mas não corresponde à que o cidadão faz deles.

Estrepou-se quem esperava verdades na bucha. A decepção foi maior do que a expectativa. O espetáculo nem passou perto das gloriosas chanchadas da Atlântida Cinematográfica, quando era moda citar como coragem estar “frente a frente com os xavantes”.

Houve quem, sem entrar no mérito, pos-tou-se diante da televisão para ver Antonio Carlos Magalhães no papel de Napoleão em Waterloo. Mas não passou da imitação da batalha de Itararé que, segundo Murilo Mendes, na sua *História do Brasil*, aquela que seria, em 1930, “a maior batalha da América do Sul / não houve”.

Foram na bucha mas não foram verdades. O tungado contribuinte queria apenas a verdade mas aceitaria a mentira, desde que sem arrependimentos de conveniência. Ninguém se mostrou à vontade, exceto a ex-diretora do Prodasen, que rompeu com a mentira e ficou a meio caminho da verdade. Prodasen está mais para nome de remédio de artrite do que para engenhoca de informática.

O Senado até que fez a sua parte, mas a televisão ficou devendo. Não era, aliás, para ficar na acareação. O esperado era o esquartejamento simbólico dos três, em cena de juízo final, digno de uma alegoria com tons muscular de Michelangelo pintada na cúpula do plenário do Senado, com ACM, Roberto Aruda e Regina Borges (não Borgia) em grande

estilo. O imaginário popular considerou-se interativo e todos os brasileiros se sentiram em cena no último ato que acabou suprimido.

Era para ser linchamento moral, mas de tudo ficou somente a certeza de que o melhor jeito de acabar com fraudes em votações do Senado (ou de qualquer outra casa da sogra) tem que ser mediante a extinção do voto secreto. Desde, porém, que a decisão não seja tomada também por voto secreto, pelo risco de entrar num eterno círculo vicioso em forma de rosca.

Em Roma, a mulher do sujeito que fizesse vida pública – de vereador a senador – não podia ser maculada pela suspeita. Em relação a ele admitia-se que a conversa fos-

A política brasileira parece pregão de bolsa de valores em dia de crise

se outra. Não havia na Antiguidade isso que se chama *flirt*, pelo menos na grafia inglesa, mas o similar em latim era suficiente para a mulher ser exemplarmente repudiada pelo marido. Tudo em Roma era para valer, e não para inglês ver. Havia (por exemplo) eleição com a finalidade de despachar homem público para uma temporada no ostracismo (como se faz em jogo de basquete). Em respeito à autenticidade política, nessas ocasiões os romanos davam o voto numa ostra. Portanto, levava-se ao pé da letra o ato de votar. Era realismo, e não pleonismo.

A opinião pública está carregando a mão e azucrinando as comissões de inquérito ou de ética. Pretexto não falta. A carga moral

de indignação acumulada na sociedade não dispõe por enquanto de outros meios de extravasar-se. O voto é fraco para tanta indignação cívica e de eficácia demorada, tendo em conta a validade do mandato por quatro anos. Imposto, como protesto, é impotente porque deixar de recolhê-lo é pior, e se alguém deixa de votar também não surte o menor efeito. O cidadão vota por obrigação, sem ilusão, e logo o seu investimento cívico se dissipa. A política brasileira parece pregão de bolsa de valores em dia de crise. Os canais políticos naturais na democracia são os partidos, mas os atuais foram sucateados. Há quem suspeite de canibalização das legendas com fins eleitorais.

Para converter essa tensão política em energia cívica está faltando criatividade institucional. Há uma tendência convencida de que o eleitor merece a segunda oportunidade de corrigir o voto em que errou de boa-fé. Nada a ver com as cirurgias castrenses. Por enquanto, a idéia contempla o mandato presidencial mas nada impede que se incluam governadores e prefeitos. Quem elege merece ter o direito de retirar o governante que não corresponder ao escrito, com firma reconhecida. Uma comissão de alto coturno decidiria casos de deseição, no meio do mandato. Nem antes nem depois.

Assim como a reeleição é direito presidencial, a deseição seria privilégio do eleitor. Para evitar jogo baixo, o perdedor da primeira não poderia concorrer na segunda oportunidade. O fato é que, dentro da lei, tudo está fora do alcance dos cidadãos. A História do Brasil não quer nem ouvir falar de solução pelo acostamento da Constituição. Não é apenas indignação que move multidão. O desinteresse do cidadão está apenas no começo, a irritação crítica vem depois. Da indignação à depredação é só um passo. Questão de oportunidade.